Edição Nº 019/2019

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 20 a 24 de maio, em Brasília.

A SOLUÇÃO RODRIGO MAIA.

Após 150 dias no comando do País, Jair Bolsonaro vê seu governo sem eco no Congresso Nacional e corre risco de perder suas principais bandeiras de campanha. As diversas brigas públicas entre os membros de seu partido, lideranças de sua "base de apoio" e até mesmo seus filhos ruíram rapidamente as forças do Palácio do Planalto, minando sua capacidade de emplacar suas principais pautas no Parlamento, mesmo de posse do capital político da recente eleição.

A Câmara tem mostrado com maior clareza o cenário nebuloso para Bolsonaro neste início do mandato. Pressionado politicamente pelos partidos de centro e sob a mira sempre atenta da oposição, o Governo do PSL ainda vive um momento de tensão com as oitivas dos planos de seus ministros no Parlamento, mostrando clara inabilidade em construir textos favoráveis e para garantir votações no Plenário da Câmara. Como efeito, a semana inicia sob o risco de perder a vigência de 10 importantes medidas provisórias, incluindo a de estruturação administrativa do Poder Executivo Federal.

Em meio a esse processo de enfraquecimento do grupo político no comando do Palácio do Planalto, Rodrigo Maia, mostra, mais uma vez, sua habilidade nas negociações com a política real operada nos bastidores do Congresso e não no Twitter. Nos últimos dias, articulou com maestria a transição da "autoria" da Reforma da Previdência, que já vinha pessoalmente defendendo desde o ano passado. Visando blindar a reforma da influência agora negativa do Governo Bolsonaro, Maia traz para os deputados o protagonismo do processo já de olho nos louros em caso de sucesso da medida para o desenvolvimento do País.

A operação vem sendo executada até o momento com enorme sucesso. Até mesmo o ministro Paulo Guedes (Economia) se vê forçado a embarcar na solução proposta por Maia, sob pena de ver naufragar a principal pauta do Governo ao insistir na canoa furada da articulação do Planalto.

Prometendo aprovar a Reforma da Previdência até o final de julho, Maia já avançou também no "sequestro" da próxima agenda prioritária do Governo. Ao forçar a retomada da discussão da Reforma Tributária mesmo antes da apresentação da proposta de Bolsonaro, Maia sinaliza que seguirá o mandato pelo mesmo caminho: atraindo cada vez mais poder político para sua figura enquanto durar a fragilidade do Palácio do Planalto.

Destaques da Semana

Semana

- Oito medidas provisórias (MPs) estão à espera de análise no Plenário da Câmara dos Deputados, com risco de perderem a eficácia.

Poder Executivo

Presidência da República	**Agenda do presidente – Jair Bolsonaro** se reuniu nessa segunda (13) com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o presidente da Rede TV, Amilcare Dallevo Jr., participou de almoço oferecido por Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da FIRJAN e recebeu diversos parlamentares.

Casa Civil	**Agenda do ministro** – **Onyx Lorenzoni** se reuniu com diversos ministros nessa segunda (20), recebeu o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Marcelo Amaro Buz e também recebeu diversos parlamentares, depois participou da apresentação da 2ª fase da Campanha Publicitária da Nova Previdência.
MCTIC Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	**Agenda do ministro** – **Marcos Pontes** se encontra afastado do cargo até o dia 21 de maio, para tratar de assuntos particulares.
MD Ministério da Defesa	**Agenda do ministro** – **Fernando Azevedo** participou de reunião no Palácio do Planalto e se reuniu com assessores.
ME Ministério da Economia	**Agenda do ministro** – **Paulo Guedes** se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e participou de audiência com Mark Machin, presidente e CEO da Canada Pension Plan Investments Board. **Agenda Internacional** ✓ Genebra (Suíça) – Congresso da Organização de Propriedade Intelectual (OMPI). **Balança Comercial** – A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 1,316 bilhão na terceira semana de maio. De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 20, pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US$ 4,526 bilhões e importações de US$ 3,21 bilhões. Em maio, o superávit acumulado é de US$ 3,711 bilhões. Já no total do ano, o superávit é de US$ 20,095 bilhões. No mês, houve alta de 7,98% na média diária das exportações na comparação com maio do último ano, passando de US$ 920,634 milhões para US$ 994,098 milhões. No período, houve aumento nas vendas em Produtos Manufaturados (33,32%) e Produtos Semimanufaturados (15,73%) e recuo nos envios para o exterior em Produtos Básicos (-1,74%).Já as importações registraram alta de 8,46% na média diária em igual comparação. Elas saíram de US$ 631,466 milhões para US$ 684,878 milhões. As maiores altas no período foram de Bebidas e álcool (100,92%), Cereais e prods. Moagem (52,22%) e Adubos e fertilizantes (28,1%). Enquanto isso, as maiores quedas foram: Aeronaves e peças (-43,28%), Algodão (-41,71%) e Farmacêuticos (-16,87%).
BACEN Banco Central do Brasil	**Agenda do presidente** – **Roberto Campos Neto** se reuniu com representante no Brasil do Banco Central da Itália, com representantes do Bradesco e com Mark Machin, presidente e CEO da Canada Pension Plan Investments Board. **Boletim Focus** – Em sua décima segunda redução consecutiva, a mediana das projeções do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira (PIB) em 2019 caiu de 1,45% para 1,24%. O mercado manteve em 6,5% ao ano a previsão para a taxa Selic no fim de 2019. Esse é o índice atualmente em vigor. Com isso, o mercado segue prevendo juros estáveis neste ano. A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2019 subiu de R$ 3,75 de R$ 3,80 por dólar. Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2019 subiu de US$ 50 bilhões para US$ 50,50 bilhões de

	resultado positivo. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2019, recuou de US$ 83,29 bilhões para US$ 82 bilhões. Para 2020, a previsão do mercado financeiro para o IPCS continua em 4%.
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	**Agenda do presidente** – **Joaquim Levy** participa de reunião com representantes da FGV/RJ e depois se reúne com representantes da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO).
MEC Ministério da Educação	**Agenda do ministro** – **Abraham Weintraub** se reuniu com o ministro da Cidadania, Osmar Terra e recebeu alguns parlamentares.

Poder Legislativo

Congresso Nacional Comissões Mistas	Na terça (21), está prevista duas audiências públicas na Comissão Mista da **MP 876/19** (Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins). Já na quarta (22), a Comissão Mista da **MPV 875/19** (Auxílio Emergencial Pecuniário para famílias de Brumadinho) agendou reunião para votação do relatório.
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)	A Comissão promoverá nesta quarta (22) audiência pública para debater as fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do PLN 4/2019 – CN.
Frentes Parlamentares	Na quarta (22), haverá o lançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Sustentável do Petróleo e Energias Renováveis e reunião técnica da Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política.
Câmara dos Deputados Plenário	Outros destaques são a apreciação do **PL 1292/95**, que dispõe sobre a modernização da Lei de Licitações e o **PL 9617/18**, que trata da gestão compartilhada dos recursos públicos. Durante a semana acontecerão também a sessões solenes em homenagem aos 131 Anos da Assinatura da Lei Áurea; ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial do Estado do Rio De Janeiro; e ao Dia do Assistente Social.
Senado Federal Plenário	Os senadores devem deliberar sobre o **PEC 55/15**, que dispõe sobre condições para o exercício da faculdade do Poder Executivo de alterar a alíquota do IPI; e a **PEC 26/17**, que dispõe sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas.

Temáticas em Pauta nas Comissões

DIREITOS HUMANOS	Câmara | CSSF | Terça (21)

Prioridades do Setor

Audiência Pública - sobre a agenda da ONU - Políticas Familiares e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Foram convidados, a secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), **Angela Gandra**; e o pesquisador em políticas sociais do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) **Dominic Richardson**.

ECONOMIA

Câmara | CTASP | Terça (21)

IBGE

Audiência Pública – para Orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a realização do Censo 2020. Foram convidados, entre outros, a presidente do IBGE, **Susana Cordeiro Guerra**; o ex-Presidente do IBGE **Eduardo Pereira Nunes**; e a ex-Coordenadora de Pesquisa do IBGE **Martha Malard Mayer**.

Câmara | CCJC | Terça (21)

Reforma Tributária

Votação – do relatório do deputado **João Roma** (PRB-BA) sobre a reforma tributária (PEC 45/19); e requerimento.

Câmara | Comissão Especial | Terça (21)

Subsídios

Votação – de plano de trabalho; e requerimentos na Comissão Especial para analisar as concessões de subsídios Tributários, Financeiros e Creditícios

EDUCAÇÃO

Câmara | CE | Terça (21)

Financiamento da Educação

Audiência Pública – sobre o Financiamento da Educação e valorização dos profissionais da educação: precatórios do Fundef/Fundeb e sua subvinculação. Foram convidados, a coordenadora-Geral da CGFSE/DIGEF do Fundo Nacional da Educação(FNDE), **Sylvia Cristina Toledo Gouveia**; a secretária de Controle Externo da Educação do Tribunal de Contas da União (TCU), **Vanessa Lopes de Lima**; e o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), **Heleno Manoel de Araújo Filho**.

Câmara | CEF Pec 15 | Terça (21)

FUNDEB

Audiência Pública – Apresentação do plano de trabalho; e audiência pública. Foram convidados, entre outros, os presidentes das Confederações Nacional dos Municípios (CNM), **Glademir Aroldi**; dos Trabalhadores em Educação, **Heleno Manoel Gomes Araújo Filho**; e o economista **Jorge Abrahão de Castro**.

Câmara | CE| Terça (21)

Prioridades do Setor

Votação – de requerimentos na Comissão Externa que acompanha os Trabalhos do Ministério da Educação

Câmara | CLP | Terça (21)

Audiência Pública – para debater o contingenciamento dos Recursos da Educação e os Impactos na Manutenção e Funcionamento das Instituições de Ensino do País. Foram convidados, entre outros, representantes do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF); da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); do Conselho Nacional de Educação (CNE).

ORÇAMENTO

Senado | CSF | Quarta (22)

Prioridades do Setor

Audiência Pública – Discutir propostas de emenda à Constituição que determinam a execução obrigatória das despesas previstas no Orçamento da União.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Câmara | CDDPI | Terça (21)

Previdência Social

Audiência Pública – para debater a reforma da Previdência e seu Impacto sobre a População Idosa, com a participação do secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, **Rogério Marinho**.

Câmara | CESP | Terça (21)

Audiência pública - Debater os benefícios de Prestação Continuada e do Abono Salarial. Foram convidados, entre outros, o assessor Especial da Presidência da República, **Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub**; o diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia, **Leonardo Alves Rangel**; e a pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) **Luciana de Barros Jaccoud**

Câmara | CINDRA | Terça (21)

Audiência Pública – Debater a reforma da Previdência - PEC 006/2019: Os impactos da redistribuição dos recursos da Previdência nos municípios da Região Norte. Foram convidados, entre outros, o secretário Nacional da Previdência Social, **Rogério Marinho**; representante da Consultoria Técnica do Tribunal de Contas da União (TCU); e o presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), **Floriano Martins de Sá Neto**.

Câmara | Comissão Especial | Terça (21)

Audiência Pública – para debater a aposentadoria do Trabalhador Rural. Foram convidados, entre outros, o secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia, **Bruno Bianco Leal**; e os presidentes do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), **Jane Lúcia Wiheim Berwanger**; e da Fundação **Jorge Duprat Figueiredo**, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), **Marina Brito Battilani**.

Câmara | Comissão Especial | Quinta (23)

Audiência Pública – para debater sobre as categorias com Critérios Diferenciados de Aposentadoria. Foram convidados, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - (CONTEE), **Gilson Luiz Reis**; e o secretário Especial Adjunto de Previdência do Ministério da Economia, **Narlon Gutierre Nogueira**.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Câmara | CE SPO| Quarta (22)

Jogos Online

Audiência Pública – para debater com representantes de empresas a regulamentação de jogos online no Brasil. Foram convidados, entre outros, e a diretora de Relações Governamentais e Desenvolvimento Empresarial da América Latina e Caribe na Gaming Laboratories International (GLI), **Karen Marcela Sierra Castrellon**; e o presidente Executivo da Região Europa-América Latina da BMM Testlabs, **Gene Chayevsky**; e o delegado da Polícia Federal e Chefe de Gabinete do Deputado Federal Delegado Pablo (PSL-AM), **Bráulio do Carmo Vieira de Melo**.

Câmara | CE | Quarta (22)

Audiência Pública – para debate sobre Jogos eletrônicos violentos. Foram convidados, a psicóloga clínica com especialização em Terapia Cognitiva Comportamental e Terapia Familiar **Rafaella Holanda**; e o fisioterapeuta, mestre e PhD em Bioquímica Médica e Neurocientista **Renato de Paulo**.

Empreendedorismo

Câmara | CCTCI | Terça (21)

Instalação – da Subcomissão Especial Empreendedorismo e Inovação

Biometria

Câmara | CCTCI | Terça (21)

Instalação – da Subcomissão Especial Biometria e Privacidade.

Proteção de Dados

Câmara | CCJC | Quarta (22)

Audiência Pública – para discutir a Composição e Atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados atinente a **MPV 869/2018**.

Câmara | CCULT| Quinta (23)

Audiência Pública – para debater a disseminação de fake news e a interferência na democracia brasileira. Foram convidados, entre outros, a jornalista, ex-deputada federal, criadora do Instituto E se fosse você?, **Manuela D'Ávila**; o criador do site Boatos.org, **Edgard Matsuki**; e a jornalista, **Tereza Cruvinel**.

Política

Sancionado projeto que dá autonomia a partidos sobre mandato de dirigentes. O presidente Jair Bolsonaro sancionou na sexta-feira (17) o projeto de lei que garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios. O texto, que foi transformado na Lei 13.831/19, é de autoria do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), e foi enviado à sanção presidencial após ser aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em abril. Bolsonaro vetou apenas um artigo da proposta: o que anistiava as devoluções, cobranças e transferências ao Tesouro Nacional de doações feitas em anos anteriores por servidores públicos que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, desde que filiados a partido político. O veto será analisado agora em sessão do Congresso, ainda a ser marcada. Para ser derrubado, um veto precisa do voto da maioria absoluta dos deputados (257) e senadores (41). Fonte: Agência Câmara

Maia anuncia agenda conjunta com o Senado para reestruturar o Estado. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse nesta sexta-feira (17) que irá trabalhar com os líderes partidários e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para apresentar nas próximas semanas uma agenda voltada para a reestruturação do Estado brasileiro e medidas de curto prazo para estimular o aquecimento da economia. Na avaliação de Maia, a polarização política nas redes sociais tem levado a contestações da democracia em vários países, e o Congresso deve mostrar para a sociedade que tem uma agenda muito racional para o desenvolvimento do País. Fonte: Agência Câmara

Em visita oficial à China, Mourão reativa comissão sino-brasileira. O vice-presidente Hamilton Mourão está na China esta semana, onde presidirá a quinta edição da reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), no dia 23 de maio, em Pequim. Ele também será recebido pelo presidente chinês Xi Jinping e ainda terá compromissos em Xangai, um dos maiores centros econômicos do país asiático. Instituída em 2004, a Cosban é o principal mecanismo de coordenação da relação bilateral entre o Brasil e a China e é comandada pelos vice-presidentes dos dois países. A comissão, no entanto, não se reúne desde de 2015. Em recente entrevista à TV Brasil, Mourão disse que ideia é resgatar e reorganizar a Cosban para fortalecer a cooperação econômica. O vice-presidente informou que a reunião também vai servir como preparativo para a viagem do presidente Jair Bolsonaro à China no segundo semestre, provavelmente em outubro. A iniciativa Um Cinturão, uma Rota (One Belt, One Road), também chamada de A Nova Rota da Seda, foi lançada em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping e visa promover acordos de cooperação para desenvolver projetos de infraestrutura, comércio e cooperação econômica na comunidade internacional. Fonte: Agência Brasil

Ministério da Justiça prorroga presença da Força Nacional na fronteira. O Ministério da Justiça prorroga por mais 180 dias, a contar a partir desta segunda-feira (20), a presença da Força Nacional de Segurança Pública nas ações de prevenção e repressão a crimes nas áreas de fronteiras. De acordo com a portaria publicada hoje, no Diário Oficial da União, o trabalho dos militares será em apoio às atividades da Polícia Federal (PF). O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pelo ministério e caberá à PF dá o apoio logístico e dispor da infraestrutura necessário, diz ainda a portaria. O pedido de prorrogação da Força Nacional de Segurança Pública nas ações de segurança da fonteira foi feito pela diretoria-geral da PF. Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro oferece estrutura da Casa Civil para criar 'atalho' a projetos de deputados. O governo tem oferecido a deputados uma nova forma de legislar: a possibilidade de enviarem ao Executivo suas propostas para que entrem em vigor imediatamente na forma de decretos presidenciais . A iniciativa foi anunciada em público pela primeira vez há quase um mês, na cerimônia em que o presidente Jair Bolsonaro assinou ato extinguindo o horário de verão. Antes disso, a proposta estava parada no Congresso. Um deputado federal então levou a demanda ao presidente, que determinou a expedição de um decreto do Executivo. Nessa mesma ocasião, Bolsonaro ofereceu aos parlamentares a estrutura da Casa Civil, por meio da Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ) , para analisar a viabilidade de transformar suas ideias em decreto. Segundo o presidente, o órgão levaria entre 15 e 20 dias para fazer essa análise. Deputados foram avisados que as sugestões devem ser enviadas por meio das lideranças do governo no Congresso. Fonte: G1 Notícias

Cinco anos após começo de recessão, setores não voltaram ao nível pré-crise. Após 5 anos de 1 período de recessão na economia brasileira, nenhum setor produtivo voltou ao patamar pré-crise. As informações são de reportagem do jornal O Estado de S. Paulo desta 2ª feira (20.mai.2019). A construção civil, setor de maior lentidão para recuperação econômica na história, ainda está 27% atrás do registrado no início de 2014. A indústria, 16,7%. Menos atingidos, os setores de serviços e varejo também estão atrás do nível daquele ano. Marcam 11,7% e 5,8% inferior a 2014, respectivamente. A lentidão e distância com as expectativas de crescimento fazem com que economistas tenham dificuldades para explicar a situação do país. "Há uma diversidade de diagnósticos. Quando se tem isso, é porque ninguém está entendendo direito o que está acontecendo – o que é raro de se ver", diz ao jornal o economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani. Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, analisa que o Brasil está em depressão, pois o PIB (Produto Interno Bruto) per capita cresceu de forma insignificante nos últimos 2 anos: 0,3% em cada ano. Pastore acredita que em dezembro de 2019 o indicator estará 8% abaixo do registrado antes da recessão. Caso o crescimento do PIB seja em uma taxa de 2% no próximo ano, o PIB per capita voltará ao nível anterior à recessão em 2026, isto é, 13 anos após o início dela. Na crise de 1988, a recuperação levou 9 anos. Segundo os economistas, a retomada lenta é associada pela ociosidade na indústria e instabilidade política. Claudio Considera, do Ibre/FGV, afirma que a falta de coordenação do governo afasta investimentos estrangeiros. Fonte: Poder 360

Governo corta todo o orçamento de 140 projetos em 11 ministérios. O governo federal bloqueou 100% dos recursos de 140 projetos espalhados por 11 ministérios. Os cortes fazem parte do bloqueio de R$29,792 bilhões do Orçamento da União de 2019, anunciado pelo governo em 22 de março. Além desses, outros 300 projetos tiveram mais de 40% das verbas congeladas até agora. De acordo com o Ministério da Economia, o objetivo da medida é tentar garantir o cumprimento da meta fiscal deste ano, de deficit primário de até R$ 139 bilhões. O levantamento foi feito pela Associação Contas Abertas, a pedido do jornal O Estado de S.Paulo, e divulgado na manhã deste domingo (19.mai.2019). O estudo detalha como e onde foram feitos os cortes do governo. A pasta que mais sofreu foi o Ministério de Minas e Energia. A tesourada foi de 80% e o orçamento passou de R$ 4,7 bilhões para R$ 969 milhões. Foram suspensas verbas de áreas como a prevenção ao uso de drogas e a assistência à agricultura familiar. O programa de contenção de cheias e inundações, incluso no orçamento do Ministério de Desenvolvimento Regional, também foi contingenciado. O ministério da Infraestrutura foi 1 dos mais afetados. O orçamento passou de R$ 10,9 bilhões para R$ 6,6 bilhões, 1 bloqueio de 39%. Foram congeladas verbas do apoio ao sistema de drenagem e manejo de águas pluviais em municípios considerados críticos e metade do orçamento destinado para a construção da sede do centro nacional de prevenção e combate aos incêndios florestais. Outros programas tiveram contingenciamento bem perto de 100%, como é o caso da política nacional sobre mudança do clima (95,5%) e a as operações de Garantia da lei e da Ordem (81%). Agora, de acordo com o jornal, o governo prepara 1 novo corte de aproximadamente R$ 5 bilhões que deve ser anunciado até 4ª feira (12.mai.2019), no próximo relatório com as previsões para as receitas e despesas de 2019. Fonte: Poder 360

Articulação política do governo passa pelo pior momento. A coordenação política do governo no Congresso nunca funcionou bem desde que Jair Bolsonaro está no Planalto. Mas, na última semana, a situação ficou ainda pior. Virou 1 verdadeiro serpentário, com bolsonaristas defendendo a demissão de colegas da porta ao lado –nenhum admite isso publicamente. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, voltou a ter 1 juízo muito negativo sobre chefe do Executivo, como no início do governo. Maia, o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e a líder do governo no Congresso, Joice

Hasselmann (PSL-SP), querem tirar da Liderança do Governo o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO). Já o militar deseja a demissão de Onyx. E o ministro pode ser convocado na Câmara na próxima semana a pedido do líder do PSL, Delegado Waldir (GO). O ministro da Casa Civil irritou Waldir ao dizer no início da semana que os deputados querem "vantagens" ao promover 1 recuo do governo sobre o contingenciamento de verbas para a educação. O líder do PSL anunciou que apresentará requerimento para convocar Onyx a dar explicações. Maia deve barrar o pedido. Nesse jogo de intrigas, há também reaproximações. O ministro da Casa Civil trabalhou abertamente contra a eleição de Maia, mas hoje, por ironia do destino, os 2 são aliados. Waldir e Vitor Hugo já tiveram desavenças. Hoje têm vários interesses comuns. Na 5ª feira, a deputada Carla Zambelli publicou em seu perfil no Twitter que Onyx a desafiou em reunião na Câmara na 4ª feira (15.mai) diante de outros deputados. O presidente Jair Bolsonaro é o único que poderia resolver as desavenças. Mas, como na disputa entre olavistas e militares, o presidente permanece em silêncio. Fonte: Poder 360

Bolsonaro veta parte de projeto que anistia multas a partidos. O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta 6ª feira (17.mai.2019) 1 projeto aprovado pelo Congresso que anistia a multas de partidos. No entanto, vetou a anista em relação às devoluções, cobranças ou transferências ao Tesouro de doações feitas por servidores públicos que exerçam função ou cargo para os quais foram nomeados. Eis a íntegra da Lei 13.831/2017, que altera a Lei 9.096/1995, que visa a assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências. Em nota (eis a íntegra), o governo afirma que o veto se deu pela proposta ser "inoportuna no atual quadro fiscal", pois traria renúncia de receita dela decorrente. Fonte: Poder 360

Maia promete aliança com Guedes e Alcolumbre por agenda racional "sem ficar olhando para internet". O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta sexta-feira que anunciará na próxima semana ou na seguinte uma agenda "muito racional, muito objetiva" de reestruturação do Estado, em parceria com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e "sem ficar olhando para a internet". Durante o 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), no Rio de Janeiro, Maia disse que o Congresso confia em Guedes e vê nele um líder das reformas econômicas dentro do governo do presidente Jair Bolsonaro. O presidente da Câmara acrescentou estar firme no compromisso com a agenda econômica liberal de Guedes. "Eu e o presidente Davi (Alcolumbre), do Senado, nós decidimos, e vamos realizar junto com os líderes ou na próxima semana ou no início da outra, deixar bem claro para a sociedade que a Câmara e o Senado vão ter uma agenda muito racional, muito objetiva, de reestruturação do Estado brasileiro, e vamos fazer isso juntos com o ministro Paulo Guedes", disse Maia. Fonte: ReutersI

Com governo desarticulado, Centrão tenta ditar pauta no Congresso. Maia respondeu que a agenda econômica precisava ser votada. Naquela mesma manhã, porém, ele recebeu na residência oficial outros deputados do mesmo grupo, que não só reclamaram da falta de interlocução com a equipe do presidente Jair Bolsonaro como disseram ser preciso "reformar a reforma'' da Previdência e apresentar uma proposta alternativa. Uma das ideias em discussão é tirar os Estados das mudanças na aposentadoria, para mostrar quem manda na Casa. Com a desarticulação do governo, o Centrão tenta, cada vez mais, ditar a pauta no Congresso. O clima piorou na sexta, quando Bolsonaro compartilhou pelo WhatsApp uma mensagem de "autor desconhecido" com fortes críticas ao Legislativo, dizendo que o Brasil é "ingovernável" fora de conchavos promovidos por "corporações" instaladas nos três Poderes. O texto causou revolta e, nos bastidores, foi classificado por deputados como uma "provocação", que deve ter "troco". Visto como fiador da estabilidade em qualquer governo, da direita à esquerda, o Centrão se notabilizou, nesta temporada, por fustigar Bolsonaro e impor derrotas em série ao governo. Na prática, nada anda na Câmara sem o aval desses partidos com espectro de centro, centro-direita e direita que, muitas vezes, fazem dobradinha com a oposição. Fonte: Estado de S. Paulo

Líder do governo minimiza impacto de texto compartilhado por Bolsonaro no Congresso. O líder do Governo na Câmara dos Deputados, Major Vitor Hugo (PSL-GO), minimizou o impacto negativo que o texto compartilhado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) causou no Congresso. Para o parlamentar, o texto foi só "uma avaliação" do presidente e que não deve interferir na votação de temas importantes do governo como a Previdência. O Estado mostrou na sexta-feira que o presidente compartilhou a um grupo restrito de aliados um texto que afirma "que o Brasil, fora desses conchavos, é ingovernável". No sábado, o presidente disse que passa "muita mensagem no Whatsapp" e que "geralmente" não coloca ali sua opinião. "Eu boto assista, tire suas conclusões. Esse pessoal que divulga isso faz parte do povo. Esse pessoal que devemos ser fieis a eles e ponto final. Quem tem que ser forte é o povo. Quem tem que dar norte é povo. Não sou eu", afirmou. A mensagem repassada pelo presidente foi interpretada no Congresso como mais um ataque à classe política. Sob reserva, parlamentares criticaram o que consideraram intenção do presidente de expor a política "como corrupta" para se fortalecer, o que foi mal visto no Congresso. Fonte: Estado de S. Paulo

Moro privilegia articulação e recebe 1/6 do Congresso. Ao mencionar na semana passada, de forma elogiosa, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmando que ele "tem feito política", o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não jogou palavras ao vento. Integrante de um governo que se mantém avesso à articulação

com o Congresso, o sisudo ex-juiz da Lava Jato que mandou prender nomes de peso da política nacional não poupa esforços para aprovar o seu pacote anticrime e manter a estrutura de "superministério" da sua pasta. Em menos de cinco meses de governo, ele já se reuniu com 106 parlamentares, segundo levantamento do Estado com base apenas em sua agenda oficial. O ministro teve encontros com mais de um sexto do Congresso e rivaliza no governo com o ministro Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, responsável pela articulação política do Palácio do Planalto. Onyx, deputado federal licenciado, esteve com 125 deputados e senadores. Moro mostra empenho em deixar uma marca na sua passagem pelo Executivo. O ministro já colecionou constrangimentos e derrotas no governo – a última delas no dia 9 deste mês, quando a comissão especial que analisa a medida provisória da reforma administrativa decidiu devolver o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Ministério da Economia. Ter o comando do órgão tinha sido um dos pedidos de Moro ao presidente Jair Bolsonaro antes de assumir a pasta. Fonte: Estado de S. Paulo

Governo perdeu 'momento mágico', avaliam economistas. Diante das dificuldades de articulação política para a aprovação da reforma da Previdência e das constantes quedas nas projeções para o crescimento da economia brasileira neste ano, a avaliação geral de economistas ouvidos pelo Estado é de que o governo do presidente Jair Bolsonaro desgastou seu capital político com questões menores e que o crescimento de 2019 está praticamente perdido. A expectativa para crescimento do PIB, que começou o ano com alta de 2,53%, recuou pela 11.ª semana consecutiva para 1,45%, de acordo com o Relatório Focus. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, que projetava crescimento de 2,2% para 2019, admitiu trabalhar agora com um avanço de 1,5%. "Havia a expectativa de que uma grande reforma destravaria o País e ele voltaria a crescer de dois a três pontos por ano. Agora, o mercado deixou a Disneylândia para encontrar a realidade", diz Marcos Lisboa, presidente do Insper. Fonte: Estado de S. Paulo

Bolsonaro tenta estancar crise em semana de pressão por votos e apoio nas ruas. Após uma semana de pressão nas ruas e de derrotas no Congresso, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) precisará reorganizar a frágil articulação com o Legislativo para garantir em menos de 15 dias a aprovação de 11 medidas provisórias prestes a expirar. A maioria delas tem relevante impacto econômico e na estrutura administrativa do governo. Em outra frente, o presidente tentará mostrar que mantém o apoio popular conquistado nas urnas em outubro, quando ele foi eleito com quase 58 milhões de votos. Está marcada para o próximo domingo (26) uma série de atos em defesa da gestão Bolsonaro. A semana já começa com o clima acirrado na relação entre Planalto e Congresso. Isso após Bolsonaro ter distribuído e endossado na sexta-feira (17) uma mensagem segundo a qual o país "é ingovernável" sem os "conchavos" que ele se recusa a fazer. O texto foi lido por líderes do Legislativo como mais um sinal de desrespeito do presidente aos parlamentares. Fonte: Folha de S. Paulo

PSB unifica discurso, retoma perfil de esquerda e mira eleição municipal. Com uma bancada de 32 deputados federais, a segunda maior da oposição, o PSB fechou questão contra o projeto de reforma da Previdência enviado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). A decisão foi tomada com relativa tranquilidade, cenário muito diferente ao de dois anos atrás, quando a bancada rachou frente ao projeto de reforma trabalhista enviada pelo então presidente Michel Temer (MDB). Depois de ter caminhado em direção ao centro do espectro político, o PSB retomou um perfil mais à esquerda, unificou o discurso e quer se apresentar como um player importante no campo de oposição ao governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, prepara o caminho para as eleições municipais de 2020, quando deve lançar candidatos próprios nas maiores cidades do país, aliando políticos experientes a jovens apostas. Fonte: Folha de S. Paulo

Apesar da promessa de Trump, Brasil não espera apoio formal à entrada na OCDE. Na reunião que se realiza em Paris nos dias 21 e 22 de maio, o governo brasileiro não espera um apoio formal dos Estados Unidos a uma ampliação da OCDE e o ingresso do Brasil no órgão, apesar das promessas do presidente americano, Donald Trump, ao presidente Jair Bolsonaro. Na visita de Bolsonaro aos EUA, no fim de março, o Brasil concordou em começar a abrir mão do tratamento especial e diferenciado a que tem direito na Organização mundial do Comércio (OMC) em troca do apoio americano às ambições brasileiras de ingressar na OCDE, o chamado clube dos ricos. O governo brasileiro vê a entrada na organização como um selo de qualidade de políticas macroeconômicas. No entanto, a União Europeia quer que os EUA concordem também com a candidatura da Bulgária após a do Brasil, e o governo Trump não aceitou esse pacote. Os EUA se opõem a uma ampliação da OCDE que consideram indiscriminada. Querem o menor número possível de novos membros. Fonte: Folha de S. Paulo

Governo começa semana pressionado por medidas provisórias que podem perder validade. Oito medidas provisórias (MPs) estão à espera de análise no plenário da Câmara dos Deputados nesta semana, entre terça-feira (21) e quinta (23). Editados entre o fim do governo Michel Temer e o início da gestão de Jair Bolsonaro, os textos terão de passar rapidamente pela Câmara e pelo Senado sob o risco de perderem a validade. O governo já espera que algumas medidas, de menor relevância, "caduquem" sem serem apreciadas, mas outras são alvos de preocupação. A atenção principal está sob a MP 870, com a qual o governo Bolsonaro promoveu sua reforma administrativa. Se o texto não for aprovado nas duas Casas até o dia 3 de junho, forçará o desmonte de toda a estrutura de governo atual e a volta ao modelo do governo Temer, com sete ministérios a mais e vários órgãos em pastas diferentes das quais estão abrigados atualmente. No dia 9 de maio a MP foi votada em comissão especial com várias mudanças que desagradaram

ao PSL e outros partidos – tais como o aumento de um ministério e a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do controle do ministro Sérgio Moro. Para ganhar tempo e tentar reverter essas mudanças, este grupo, representado pelo deputado Diego Garcia (Podemos-PR), obstruiu a votação da MP naquele dia. Fonte: Congresso em foco

Bolsonaro sanciona anistia de multas a partidos que pode chegar a R$ 70 milhões. O presidente Jair Bolsonaro sancionou na última sexta-feira o projeto de lei que anistia multas aplicadas pela Receita Federal a partidos, em um valor que pode chegar a 70 milhões de reais, segundo cálculos da Receita Federal.
A sanção foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira e tem apenas um veto, à parte que anistiava as multas no caso de doações feitas por servidores públicos que exerçam função ou cargo de livre nomeação, desde que eles sejam filiados a partidos. O projeto aprovado pelo Congresso altera a Lei dos Partidos em vários pontos. Houve anistia no caso de diretórios municipais que não usaram os recursos do fundo partidário no limite estabelecido pela lei para promover a participação feminina na política, mas apresentaram candidaturas de mulheres em 2018, e também para aqueles que não prestaram contas de fluxo de recursos e tiveram seus CNPJs tornados inativos pela Receita. Nesse caso, o projeto incluiu um artigo determinando que diretórios municipais que não tenham movimentado recursos ou arrecadado dinheiro não precisam prestar contas à Justiça Eleitoral, além de isentar aqueles considerados inativos por falta de movimentação de pagaram uma taxa para a Receita Federal ao pedirem a reativação do CNPJ. No sábado, irritado com as notícias de que a sanção do projeto levaria a uma anistia calculada pela Receita Federal de até 70 milhões, Bolsonaro, ao sair do Palácio da Alvorada para receber crianças de uma escola de Brasília que faziam uma visita ao local, afirmou que a imprensa mentia." A imprensas está dizendo que eu sancionei uma lei ontem (sexta) para anistiar multas de R$ 60 milhões mais ou menos de partidos políticos. É mentira, eu vetei. Estão dizendo que eu sancionei. É o tempo todo assim, é só mentira. Grande parte da mídia só vive disso", afirmou.Bolsonaro reclamou ainda que o que falava não iria ser publicado pela imprensa e que grande parte da mídia vive apenas "desinformando, deturpando, mostrando o contrário do que acontece. "O material distribuído na sexta-feira pela Casa Civil confirma que apenas um artigo foi vetado no projeto, o relacionado às doações de servidores em cargos em comissão. Fonte: DCI

Poder Judiciário

Raquel Dodge sinaliza estar disponível para continuar na PGR se Bolsonaro a indicar. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, sinalizou estar disponível a continuar no cargo caso seja um desejo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Raquel já anunciou que não se candidatará à reeleição, mas explicou neste sábado a jornalistas que se fosse indicada por Bolsonaro, teria uma posição "bastante tranquila". No lançamento da campanha da CNBB, Raquel Dodge diz que fraternidade é base de sociedade justa A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) encerrou na última quarta-feira (15) o prazo para integrantes do Ministério Público se inscreverem como candidatos ao cargo de procurador-geral da República e Raquel não se candidatou. Seu mandato atual termina em setembro. Indicada para o cargo em 2017 pelo então presidente Michel Temer, Raquel Dodge poderá ser reconduzida para um novo mandato de dois anos caso seja indicada por Bolsonaro, já que o presidente não é obrigado a escolher algum dos nomes dos candidatos. A nova eleição acontece no dia 18 de junho. Deputados do Centrão defendem que Dodge continue no cargo e temem um possível nome "linha-dura" de Bolsonaro. Coaf. Ela também falou sobre a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para o Ministério da Economia. Raquel disse acreditar que mesmo em outro ministério continuará a ser instrumento importante contra a corrupção. Para ela, o ator mais importante a se pronunciar sobre essa questão é o Congresso Nacional. "O Coaf poderia ser mais eficiente estando em outro ministério? Poderia. Mas acho que vai continuar dando a resposta necessária onde quer que esteja para que os atores do sistema de Justiça possam fazer as investigações decorrentes", afirmou. Fonte: Estado de S. Paulo

30 medidas do governo já são alvo de ações no STF. Medidas provisórias ou decretos elaborados pelo governo de Jair Bolsonaro acumulam, já nos primeiros 135 dias de governo, 30 contestações no Supremo Tribunal Federal, de acordo com levantamento feito pelo Estado. Entre as normas que são alvo de contestação estão o decreto que determinou o contingenciamento das universidades federais, os decretos polêmicos, como o que trata de posse e porte de armas, e a medida provisória que proíbe desconto de contribuição sindical em folha. Para técnicos e ex-ministros, as regras propostas pelo governo Bolsonaro mostram açodamento e falta de rigor técnico, que se traduz em maior judicialização. Analistas também criticam a falta de “qualidade logística”, ou seja, a forma como uma norma é elaborada – separada em artigos, parágrafos, alíneas e incisos, visando a clareza. Um dos casos é o do decreto que ampliou o direito de porte e posse de armas, assinado na última semana e questionado até pelo Ministério Público Federal (MPF). A possibilidade de que o decreto das armas tenha itens inconstitucionais não foi descartada pelo chefe de assuntos legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Vladimir Passos de Freitas. “Foi tudo muito rápido. Não houve a oportunidade de um aprofundamento”, afirmou ele nesta semana ao UOL, ao comentar a legalidade do decreto. Fonte: Estado de S. Paulo

STF decidiu de forma conservadora em mais de 60% das vezes em 2018. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma conservadora, legalista e favorável ao Estado em 63% dos casos julgados em 2018 sobre matérias trabalhistas, de saúde, tributárias e penais. No mesmo período, 33% das decisões tiveram viés progressista e pró-sociedade. O restante terminou empatado. A conclusão é do Anuário da Justiça Brasil 2019, da editora Consultor Jurídico, que será lançado no dia 29 deste mês. O estudo também compara as votações de cada um dos onze ministros da corte. Carmen Lúcia foi a que mais se alinhou às teses vencedoras julgadas pelo STF, fazendo-o em 96% de seus votos. Por outro lado, Marco Aurélio foi o que mais defendeu teses vencidas, em 47% dos casos analisados pelo anuário. Fonte: Folha de S. Paulo

Previdência

Maia discorda de texto alternativo: o trabalho é pela 'maior economia' na Previdência. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), discorda da apresentação de um texto alternativo à reforma da Previdência enviada pelo governo, como foi cogitado por parlamentares na semana passada. Embora considere que seja "muito cedo" para essa discussão, uma vez que o prazo para emendas no projeto ainda está em curso, Maia defende que o objetivo do texto da reforma da Previdência seja trabalhar pela "maior economia" possível. O BPC é o benefício de prestação continuada pago a idosos e deficientes de baixa renda. Congressistas já declaram que são contra manter mudanças para esses beneficiados na previdência, assim como a aposentadoria rural. A PEC da reforma da Previdência foi entregue pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso em 20 de fevereiro. Em abril, ela foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que retirou do texto quatro pontos que constavam do projeto original. Após a análise da comissão especial da Câmara, o texto precisa ser votado em 2 turnos no plenário antes de seguir para o Senado. O governo deseja obter uma economia de R$ 1 trilhão em 10 anos, como prevê a proposta enviada pelo Executivo ao Congresso em fevereiro. Fonte: G1 Notícias

Previdência: governo já tem propostas para compensar perdas se economia cair abaixo de R$ 1 tri. Se nas negociações com parlamentares a economia com a reforma da Previdência cair abaixo de R$ 1 trilhão, a equipe econômica já tem propostas alternativas prontas para compensar as perdas e irá negociá-las com o relator. A informação dada ao blog é do secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, que passou o fim de semana em negociações. Técnicos destacam que modificações nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria do trabalhador rural ainda manteriam a economia da reforma acima de R$ 1 trilhão. Mas parlamentares querem mexer também na idade mínima para professores e uma ala defende criação de uma regra de transição para servidores. Caso na elaboração do relatório, pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), fique claro que o governo terá de negociar além do que gostaria, aí a equipe econômica apresentará as alternativas para garantir a meta de economia fixada pelo Ministério da Economia. "É preciso que haja equilíbrio, o que está em jogo não é um projeto de governo, mas um projeto de país, para recuperar a nossa economia e reduzir o desemprego", argumenta Rogério Marinho. No domingo (19), Marinho se reuniu com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com o relator Samuel Moreira. A expectativa deles é que na segunda quinzena de junho o relatório da reforma seja votado na comissão especial, tentando garantir a votação no plenário antes do recesso parlamentar da Câmara. Fonte: G1 Notícias

Barroso defende reforma da Previdência durante fórum sobre o Brasil em Londres. O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu neste sábado (18) em Londres a reforma da Previdência como um meio para se combater a desigualdade e a concentração de renda no Brasil. Barroso fez a conferência de abertura do Brazil Forum UK na condição de presidente de honra da quarta edição do evento, realizado anualmente na London School of Economics e na Universidade de Oxford. O ministro afirmou que o país necessita voltar a crescer para gerar riqueza e distribuí-la de forma justa. Ele defendeu "programas sociais sérios" e se referiu ao atual modelo da Previdência como um fator de concentração de renda. "A gente tem que fazer pelo país, pelas pessoas. Tem gente sofrendo, tem gente desempregada, tem gente que não recebe os benefícios que deveria receber", afirmou. Fonte: G1 Notícias

Avanço da reforma tributária pode atrapalhar Previdência, avalia Luis Afonso Lima. A intenção do Congresso em avançar com a proposta de mudanças no sistema tributário neste momento pode jogar 1 balde d'água fria na tramitação da reforma da Previdência. Essa é a avaliação do economista-chefe da Mapfre Investimentos, Luis Afonso Lima, 51 anos. Na próxima 4ª feira (22.mai.2019), a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados poderá votar o parecer que diz respeito à admissibilidade da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Luis Afonso Lima defende 1 discurso alinhado ao da equipe econômica de Jair Bolsonaro. Segundo ele, seria mais prudente que a aprovação das regras de aposentadorias fosse prioridade uma vez que o governo nem apresentou, oficialmente, uma versão de reforma tributária. Para o economista, a pretensão do governo em liquidar a reforma da Previdência no Congresso em 60 dias é ambiciosa. Considerando que o prazo para aprovação de uma emenda constitucional é, em média, de 1 ano. De acordo com Lima, o ajuste da Previdência Social – que fechou com deficit R$ 195,2 bilhões em 2018 – é necessário para criar uma

tendência de contenção do endividamento público no longo prazo e atrair a confiança dos investidores estrangeiros. Fonte: Poder 360

Moreira quer apresentar relatório da Previdência em 15 dias. O relatório final da reforma da Previdência deve ser apresentando em 15 dias. A previsão foi dada pelo relator da proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP), ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o secretário da Previdência, Rogério Marinho, em encontro na manhã deste domingo. Os três se reuniram por cerca de duas horas na residência oficial da Presidência da Câmara. O objetivo inicial era tratar dos ajustes no texto que vai alterar as regras da aposentadoria no País, mas também serviu para que Maia sinalizasse ao governo que vai encampar a proposta final do relator. O Planalto teme que o Centrão apresente um projeto em separado do substitutivo que está sendo elaborado por Moreira. O governo aceita perder as mudanças propostas para o benefício de prestação continuada (BPC) e para a aposentadoria rural, mas quer preservar a essência da proposta. No dia 1º de maio, durante evento das centrais sindicais em São Paulo, o presidente do Solidariedade, Paulo da Força, afirmou que o Centrão não ia aprovar uma reforma que "reelegesse" o presidente Jair Bolsonaro. Fonte: Estado de S. Paulo

Parecer sobre reforma da Previdência estará pronto até 15/06, diz relator. O relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados, Samuel Moreira (PSDB-SP), disse nesta segunda-feira que está preparando o relatório em cima do projeto enviado pelo governo e que concluirá o texto até dia 15 de junho. Segundo Moreira, o governo está aberto a aceitar mudanças no texto, mas por ora ainda não tem havido dedicação dos líderes por votos favoráveis à reforma.Moreira - que classificou como "coerente" a meta de economia almejada com a reforma da Previdência - fez os comentários ao deixar reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Guedes se disse confiante no trabalho do relator e do Congresso Nacional e otimista quanto à passagem de um texto com potência fiscal necessária. Fonte: DCI

Último Foco

Finanças aprova proposta que zera taxas para incentivar o uso da "internet das coisas". A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que zera o valor de taxas e contribuições incidentes sobre as estações móveis de serviços de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina. O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para o Projeto de Lei 7656/17, do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP). O objetivo é criar no Brasil um quadro regulatório favorável ao desenvolvimento da "internet das coisas" – sistemas digitais que permitem a interação inteligente entre os mais diversos tipos de objetos por meio da rede mundial de computadores. O texto altera a Lei 12.715/12. Conforme o texto, ficam zeradas a Taxa de Fiscalização de Instalação, a Taxa de Fiscalização de Funcionamento, a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica das estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina. O texto também dispensa o licenciamento prévio. A definição e regulamentação dos sistemas de comunicação máquina a máquina deverão ser feitas pela Anatel, a agência regulatória do setor. A futura lei entrará em vigor 90 dias após a publicação. Fonte: Agência Câmara

OMC começa a discutir regras internacionais para comércio eletrônico. A Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou nesta semana uma rodada de negociações para debater acordos relacionados ao comércio eletrônico. O Brasil participa dos debates. O tema já vem sendo tratado há pelo menos duas décadas na organização, mas agora as nações querem avaliar a necessidade de acordos para lidar com os novos desafios de uma economia cada vez mais digitalizada. Entre os temas em debate estão regras para trocas de dados entre empresas e prestadores de serviço de países diferentes, a tributação de serviços e bens transacionados entre distintas nações e formas de assegurar os direitos do consumidor em situações como na compra de bens e serviços em países distintos do seu. A OMC já tinha um programa de trabalho sobre o tópico. Na reunião ministerial de Buenos Aires, em dezembro de 2017, foi definido o início de "discussões exploratórias" sobre o assunto. Durante o Fórum Econômico Mundial deste ano, em Davos, 76 países decidiram avançar as discussões rumo a uma rodada de negociações, processo de maior força institucional. Fonte: Agência Brasil

Anatel anuncia medidas para banda larga mais acessível. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anunciou nesta sexta-feira (17) uma série de intervenções no mercado de atacado de telecomunicações - formado por grandes redes de tráfego, por onde passam informações e dados dos serviços (como a voz em uma ligação ou uma mensagem de e-mail). As medidas, previstas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), visam favorecer a competição na oferta de serviços em 3.909 municípios com pouca ou nenhuma competição no setor. Conforme estabelecido, as grandes empresas - como Oi e Telefônica, na telefonia fixa; e Vivo, Claro, TIM e Oi na telefonia celular - terão que disponibilizar para os pequenos provedores de serviços de telecomunicação acessos a dutos de cabeamento, roaming nacional, troca de dados em alta capacidade e interconexão telefônica. O diretor-presidente da Anatel,

Leonardo Euler de Morais, assinala que a iniciativa visa tornar o mercado mais eficiente, e podem resultar em redução no preço dos serviços para o consumidor final, em especial na banda larga. Fonte: Agência Brasil

Governo realiza seminário sobre Inteligência Artificial. O Seminário Inteligência Artificial na Transformação Digital reunirá na manhã desta terça-feira (21) especialistas da área para apresentar inovações e debater o uso desta tecnologia nos serviços públicos. O evento é uma oportunidade de adquirir inspiração e novas ideias para a digitalização de serviços pelo governo e a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. O presidente da Microsoft, Brad Smith, fará a primeira palestra que também terá falas de outros representantes do setor privado, da academia, do governo e do Tribunal de Contas da União. O secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe, apresentará as oportunidades de aceleração da transformação digital no governo. Fonte: ASCOM – ME

Comissão de Finanças aprova proposta que zera taxas para incentivar o uso de IoT. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que zera o valor de taxas e contribuições incidentes sobre as estações móveis de serviços de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina. O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para o Projeto de Lei 7656/17, do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP). O relator na comissão, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), recomendou a aprovação. "O benefício pretendido contribui para avanços na qualidade de vida do cidadão", disse o relator. "Entre as principais causas que justificam alterações dessa natureza na legislação tributária está o estímulo ao desenvolvimento de atividades que podem gerar significativos ganhos à coletividade." O objetivo é criar no Brasil um quadro regulatório favorável ao desenvolvimento da "internet das coisas" Fonte: Tiinside